

-----ATA N.º 251-----

----- Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e dezoito, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Mário José Costa da Silva, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Ordem de Trabalhos-----

**1 Período da Ordem do Dia**-----

- 1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara-----
- 1.2 Freguesias – Acordos de Execução - Autorização-----
- 1.3 Prestação de Contas Consolidadas 2017-----
- 1.4 Mapa de Pessoal – 2ª Alteração-----
- 1.5 1ª Alteração ao Loteamento da Zona Industrial de Irijó-----
- 1.6 3ª Revisão Orçamental-----
- 1.7 Federação Portuguesa do Caminho de Santiago – Autorização de Adesão-----
- 1.8 WRC – Dissolução da Empresa-----
- 1.9 Atribuição de Medalhas de Mérito Municipal-----

----- O presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e cinco minutos.-----

----- O presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Alexandre Paulo Tavares Machado-----
- Ana Cristina da Silva Tavares-----
- Ana Maria Tavares Mendes-----
- Ana Patrícia da Silva Ferreira-----
- António Augusto Macedo de Cruz-----
- António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----
- Beatriz Manuel Lourenço Soares-----
- Carlos Manuel Martins Tavares-----
- Cipriano de Arede Nogueira-----
- Custódio Tavares Pereira de Lima-----
- David da Silva Alves-----
- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----
- Edite Bastos Rodrigues-----
- Elisabete Bastos Rodrigues-----
- Elmano Jorge Ribeiro da Silva-----
- Jorge Manuel Henriques da Graça-----
- José Carlos Ribeiro de Sousa-----
- José Luís da Silva e Almeida-----
- Júlio Martins Fernandes-----
- Luís Filipe Tavares da Silva Pedro-----
- Mariana Fernanda Martins de Bastos-----
- Mário José Costa da Silva-----
- Paula Cristina Dias Coutinho-----
- Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----
- Pedro Miguel Martins Mendes-----
- Sérgio Soares da Silva-----
- Tony Pedro Ribeiro Martins-----

--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-presidente; Maria Elisabete Martins Henriques, Raul Alberto da Conceição Duarte, Paulo César de Bastos Martins, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo e Ricardo Manuel Tavares da Silva, Vereadores.-----

--- O presidente da Câmara Municipal não esteve presente por se encontrar de baixa médica.-----

--- Faltou à sessão Patrícia Sofia Martins Santos, que apresentou justificação por escrito, pelo que a mesma foi justificada, e fez-se substituir por Elisabete Bastos Rodrigues.-----

--- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão.-----

### **Ordem de trabalhos**

**1 Ata** – Foi apreciada a ata n.º 250, da sessão de 27 de abril de 2018, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e que foi aprovada, por unanimidade, com os votos a favor dos membros Alexandre Machado, Ana Tavares, Ana Ferreira, António Cruz, António Monteiro, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Jorge Graça, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

### **2 Correspondência:**-----

O presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos seguintes convites e comunicações, que poderão ser consultados nos serviços desta autarquia:-----

- Convite da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga para a cerimónia de tomada de posse do novo Comandante do Corpo de Bombeiros, Pedro Mota, que teve lugar no dia 4 de maio;-----
- Convite para a abertura do Encontro “Espaços de Memória” e para a celebração do segundo aniversário do Museu Municipal, nos pretéritos dias 18 e 19 de maio;-----
- Convite para a I Gala solidária a favor dos Palhaços d'Opital organizada, no dia 20 de maio, pelo Rotary Clube de Sever do Vouga em parceria com os RC de Aveiro e de Albergaria-a-Velha, o Rotaract Clube de Aveiro e o Lions Clube de Sta. Joana Princesa;
- Convite da Arestalfer S.A para um jantar solidário que a empresa organizou, no âmbito do Projeto “Dou Mais Tempo à Vida”, no dia 25 de maio;-----
- Convite da Severi - Associação Cultural de Expressão Dramática de Sever do Vouga para o seu primeiro festival de teatro intitulado “Severi Theatrum Festival” que se realizou nos passados dias 25, 26 e 27 de maio;-----
- Ofício do presidente da CPCJ de Sever do Vouga comunicando que o plano estratégico e a salvaguarda de dados estão de acordo com a legislação em vigor;-----
- A Assembleia Municipal de Fafe deu conhecimento de uma moção sobre a regionalização apresentada pelo Grupo Independente “Fafe Sempre”;-----
- Ofício do presidente cessante do conselho de administração do Centro Hospitalar do Baixo Vouga, Aurélio Rodrigues, expressando o seu agradecimento institucional a este órgão pelo apoio e colaboração dados ao longo do ciclo de gestão para que foi nomeado;-----
- Convite para a 22.ª Grande Gala Escola Profissional de Aveiro que decorreu no passado dia 8 de junho;-----
- Convite para a Festa de Encerramento do Projeto “Dou Mais Tempo à Vida” de Sever do Vouga que decorreu no passado dia 16 de junho;-----
- Convite do Vouga Sport Clube para assistir, na Pista do Alto do Roçário, à realização do 42.º Ralicross de Sever do Vouga que decorreu nos dias 16 e 17 de junho;-----
- Convite do CAE para os concertos a realizar nesta vila, no âmbito do 10.º Festim - Festival Intermunicipal de Músicas do Mundo, durante os meses de junho e julho;-----
- Convite para a abertura da sexta edição do Festival Guitarras Mágicas que decorreu no dia 27 de junho;-----
- Convite da Câmara Municipal de Sever do Vouga para a sessão solene de abertura da 11.ª edição da Feira Nacional do Mirtilo que decorreu no dia 28 de junho;-----
- Convite do Rotary Club de Sever do Vouga para o jantar festivo de transmissão de tarefas, da presidente Ana Paula Hadden (2017/18) para a presidente Daniela Vasconcelos (2018/19) que se realizou no dia 28 de junho;-----

- Convite do Grupo A. Silva Matos para o almoço comemorativo do seu 38.º aniversário que terá lugar no próximo dia 30 de junho;-----
- Convite da União das Freguesias de Silva Escura e Dornelas para as comemorações do 29.º aniversário da criação da freguesia de Dornelas que terá lugar no próximo dia 30 de junho, bem como para o “V Convívio Inter-Freguesias com o nome ‘Dornelas’ que decorrerá em Dornelas do Zêzere (Pampilhosa da Serra) no próximo dia 21 de julho.----

### -----3 – Período Antes da Ordem do Dia-----

#### 3.1 – Assuntos de Interesse Local-----

----- O presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo e à chamada por ordem de inscrição ou alternada nos termos regimentais.-----

A primeira intervenção foi a de **Tony Pedro Ribeiro Martins** dizendo que, realizando-se aquela sessão da Assembleia Municipal em plena celebração da 11ª Edição da Feira Nacional do Mirtilo, não podia deixar de expressar o seu apoio ao evento com votos de muito sucesso e que os objetivos de promoção do mirtilo de Sever do Vouga, bem como de todos os produtos derivados, sejam atingidos sem esquecer o contributo da mesma para a divulgação e promoção turística do concelho. Disse querer felicitar, desde já, o empenho e a dedicação das pessoas envolvidas na organização, os expositores, os artesãos, os funcionários da própria Câmara Municipal e, até, os próprios munícipes, em promover o concelho. Disse ser fundamental o apoio a todo o tipo de iniciativas institucionais ou particulares que promovam e valorizem Sever do Vouga, a sua cultura, a sua indústria, a sua agricultura e artesanato, o seu comércio tradicional, o seu turismo e, sobretudo, os severenses que somos todos nós. Afirmou que, um ano passou, mas, ainda estava bem presente, na memória de todos, o dia 19 de abril de 2017, quando parte do concelho foi fustigado por um forte temporal de granizo. Disse que, na Assembleia Municipal de 28 de abril de 2017, a bancada do PSD sugeriu ao executivo que promovesse, junto das associações de produtores do concelho, uma solução que visasse melhorar as condições de seguro de colheita, tal como define a Portaria n.º 65/2014, de 12 de março. Perguntou se tinha havido alguma ação, ou desenvolvimento, relativamente àquele assunto, por entender que é importante apoiar e defender os produtores e associações que os representam. Disse que, de igual modo, o apoio às freguesias deve ser reforçado, pois é aquele órgão que, na primeira linha do poder autárquico, escuta e procura solucionar os problemas dos seus munícipes, devendo ser reforçadas as suas competências, bem como o apoio financeiro às mesmas. Disse que a bancada do PSD tem dificuldade em compreender que o apoio financeiro prestado, anualmente, a todas as juntas de freguesia, seja equivalente ao apoio dado para a realização das duas maiores festas do concelho. Disse não estar contra a realização das mesmas, muito pelo contrário, que apoia e incentiva a sua realização, mas que julga ser necessário reforçar o apoio às freguesias e dotá-las de maior autonomia financeira e competências delegadas, nomeadamente ao nível da manutenção de equipamentos, dos circuitos pedestres (PR), ou, até dos espaços de interesse arqueológicos. Afirmou ser inegável que o concelho possui um espólio considerável de património arqueológico e de interesse histórico que, juntamente com os achados recentes no decorrer da construção das barragens, merece ser divulgado e exposto e que, sem dúvida, enriquecerá, ainda mais, o concelho, sendo certo que Sever do Vouga já possui um Museu Municipal, mas, considerando as exigências de espaço que aquele tipo de peças necessita, sugeria ao executivo a realização de um estudo de viabilidade da reconversão da “Casa da Fonte”, situada no lugar de Couto de Baixo, em espaço de museu com outras valências que possam viabilizar o investimento e valorizar o edifício, a sua envolvente, a freguesia e consequentemente, o concelho. Disse que, tal como foi manifestada preocupação nas Assembleias Municipais anteriores, e visto estar-se em plena época de maior probabilidade de ocorrência de incêndios, perguntou ao executivo qual o ponto de situação dos problemas identificados anteriormente, nomeadamente na limpeza de caminhos florestais,

caminhos de acesso aos reservatórios, sinalização e manutenção dos mesmos. Perguntou, também, sobre o ponto de situação do Plano Municipal de Emergência e a articulação do mesmo com as entidades de segurança, nomeadamente GNR e Bombeiros Voluntários, de forma a simplificar e agilizar o seu trabalho para, dessa forma, assegurar uma prevenção mais eficaz. Finalmente, expressou, em nome da bancada do PSD, um voto de uma rápida recuperação ao excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. António Coutinho.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **José Luís da Silva e Almeida** que fez um balanço das atividades desenvolvidas até à data, uma vez que a sessão se realizava a meio do ano. Disse que a Assembleia tem reunido de acordo com as necessidades e que tem sido pródiga em acolher opiniões e contributos de todos como se nota pelas recomendações ao executivo, ali aprovadas. Afirmou que, algumas, apresentadas pela oposição, até são, de alguma forma, estranhas, porque, em Sever do Vouga exigem coisas que não levam à prática em municípios em que estão na presidência, dando como exemplo a questão dos transportes escolares do 9º ao 12º ano. Disse que todos sabem que, quando se está na oposição, é tudo fácil e solucionável, mas, quando se chega ao governo, aí é que se mostra o real valor e está na memória o governo do país que antecedeu o que, atualmente, governa. Referiu que, pedir aumentos da despesa, em Sever do Vouga ou em Lisboa, sem apresentar a respetiva contrapartida na receita, pode ser popular, mas, que não é responsável e a população já desconfia desses facilitismos que depois saem caros. Quanto ao executivo, disse não poder ser esquecido que o estado de saúde do presidente será um fator de grande constrangimento da sua atividade, pois a equipa e o treinador estariam formatados para jogar em 4x2x1. Disse que, apesar de não poder acompanhar o seu funcionamento na íntegra, como a quase totalidade dos membros da Assembleia, visto fazer da política uma atividade muito complementar à sua profissão que, cada vez mais, lhe retira o tempo que precisa para a sua família, o que o leva a ponderar a sua continuidade na Assembleia Municipal, apesar disso, constata que as grandes diretrizes estão a ser seguidas, uma vez que continua a ser dado apoio aos alunos universitários, a proporcionar bons espetáculos no Centro das Artes, a apoiar os produtores dos pequenos frutos, como se comprova com a realização da 11ª Feira do Mirtilo, que está agora a decorrer, a proporcionar momentos de lazer e convívio dos jovens e dos emigrantes, que em breve vão receber durante a Ficavouga, a fazer as pequenas reparações aos mais desfavorecidos, a pagar atempadamente aos fornecedores, a manter as contas controladas. Disse ser claro que nada está terminado e que todos os dias há novas solicitações e necessidades, mas, que as pessoas sabem que são ouvidas. Relembrou que, promover e divulgar as potencialidades do concelho é uma das principais atribuições da autarquia, ainda mais no caso de Sever do Vouga, que é um concelho classificado como um território de baixa densidade. Afirmou que valorizar e promover os recursos endógenos do concelho contribui para uma melhor qualidade de vida de quem ali reside e, também, para atrair novos visitantes e, porventura, novos habitantes. Disse que, as várias atividades que referiu tinham os seus custos, mas, cada vez mais se assiste a uma crescente concorrência de concelhos limítrofes que, também, querem promover a sua terra realizando desde feiras do leitão, do frango do campo, do pão, da gastronomia das tasquinhas, do bacalhau, gastando muito mais do que Sever do Vouga naqueles eventos mas que o retorno que se vê, não só nos visitantes, mas, também, nas notícias que saem na imprensa e nas televisões, muito ajudam à divulgação do concelho. Disse receber esse retorno nas muitas deslocações que faz e nas pessoas que o visitam. Afirmou que, no tempo das redes sociais e quejandos, é fácil ser demagogo, e ser contra tudo e mais alguma coisa, mas que os severenses têm sabido fazer as suas escolhas, e sabem que a Assembleia Municipal está ali para levar a sua voz e necessidades coletivas que ainda existem aos decisores do país. Terminou a sua intervenção desejando umas boas férias e que a Feira do Mirtilo, e a próxima Ficavouga, mas também as festas e romarias no concelho, que felizmente não

terminaram, sejam, uma vez mais, o ponto de encontro dos severenses, em especial dos seus emigrantes, e de todos os que visitam o concelho nesses dias.-----

A intervenção seguinte foi a de **António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro** que disse que, no período de antes da ordem do dia, o CDS tinha tido, por princípio, procurar apresentar propostas pela positiva e que, tanto quanto possível, unam todos os partidos na defesa daquilo que são os interesses de Sever do Vouga. Disse ser essa a intenção da proposta para uma nova ligação à A25, reivindicando, em relação ao traçado da A32, que o desenho desse traçado seja feito em benefício de Sever do Vouga e que, embora a construção dessa autoestrada não é imediata, a verdade é que, a partir do momento em que existir mais essa reivindicação, poderá ser reivindicado mais para Sever do Vouga. Disse que, do mesmo modo que o fizeram em relação ao Centro de Saúde, a questão do encerramento do serviço noturno ainda não está resolvida e isso significa que, tendo sido aprovada essa moção na Assembleia Municipal, há toda uma exigência que se deve fazer, não apenas em Coimbra, na ARS, mas, também, em Lisboa, e que há um conjunto de diligências que gostaria de saber se têm estado a ser desenvolvidas, no sentido de procurar resolver esse problema e que o mesmo se aplicava em relação ao transporte escolar. Disse que, uma vez que tinham sido desafiados a procurar fazer uma estimativa de quanto é que custaria, e que, o irrealismo das propostas do CDS eram muito grandes, nesta altura, aquilo que é a sua estimativa é que, se custa dezassete mil e quinhentos euros 50% do custo do transporte escolar até ao 12º ano, não lhe parece que no orçamento do Município de Sever do Vouga seja verba impossível de alcançar. Disse ter mais uma recomendação a fazer, sobre a praia na barragem da Ermida/Ribeiradio, que é um desejo, não apenas da população de Couto de Esteves mas, também, de toda a população de Sever do Vouga, para que possam fruir daquele espaço e para que se consiga ancorar, ali, desenvolvimento para o concelho. Disse reconhecer a importância da Feira do Mirtilo e da Ficavouga para trazer gente de fora ao concelho, mas que, para poder ser criada mais riqueza, é preciso oferecer mais do que essas feiras durante o período de tempo em que elas ocorrem e, para que isso seja feito, é preciso valorizar aquilo que o município tem de fantástico, que é o seu património, a sua cultura, a sua paisagem e aquilo que pode ser esse mesmo desenvolvimento turístico e, por isso, a sua proposta é no sentido de recomendar à Câmara Municipal que conclua, com a máxima rapidez, os estudos, os projetos e os cadernos de encargos, de modo a que se possa avançar o mais rapidamente possível com o lançamento da empreitada de construção da praia da barragem da Ermida que, aliás, é um compromisso eleitoral de vários partidos na última campanha eleitoral e, por essa mesma razão, urge dar resposta, no mais breve espaço de tempo, sob pena de se virem a frustrar as expectativas das populações que ouviram estes compromissos por parte dos diferentes partidos que concorreram às últimas eleições. Por fim, disse que entregaria ao presidente da Assembleia Municipal a recomendação, e, sabendo que vai ser apresentado um voto de louvor pelo PSD à LPCC o CDS, afirmou associar-se a esse voto ao qual dará o seu apoio.-

Foi dada a palavra a **Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva** que dirigiu-se ao presidente da Mesa para dizer que, já por várias vezes, tinha havido um alerta sobre as ordens do dia que iam sendo entregues, não sendo exceção a atual ordem do dia, pois foi remetida para a plataforma a tempo e horas, não cumprindo os formalismos, pois fazer uma referência genérica a tópicos não chega, uma vez que os membros da Assembleia têm que saber se vêm apreciar e votar alguns dos pontos referidos na ordem de trabalhos, ou pura e simplesmente debater os mesmos. Disse ter sido enviada a nova ordem de trabalhos na segunda feira, dia 25 de junho de 2018, às 08:44, já completa, mas não cumprindo o artigo 35º, do n.º 1 do Regimento da Assembleia Municipal e que, no dia seguinte, 26 de junho de 2018, às 11:24, foi enviado mais um documento para a plataforma, a informação escrita do presidente da Câmara Municipal que, como bem se verifica, não cumpre o prazo estabelecido no regimento. Afirmou que, já em tempos, no mandato anterior, tinha referido que a plataforma deveria ficar bloqueada a partir do último dia possível para o envio de documentos e que, na altura, a resposta dada tinha sido que a empresa que tinha

elaborado a página do município tinha falido e não se conseguiria fazer isso. Havendo agora uma nova página web, com uma nova empresa que, com certeza, terá bons técnicos e programadores web, que conseguirão esse feito. Disse ficar o pedido e proposta para que passe a ser possível bloquear a plataforma a partir de um certo dia e hora, pois os membros da Assembleia merecem mais respeito. Continuou a sua intervenção, dizendo que a bancada do PSD, há já bastante tempo, que tem sido recorrente em alertas sobre várias situações, como seja o Conselho Municipal de Juventude, cujo regime jurídico foi criado em 2009, que previa um regime transitório para, por um lado se adaptarem as regras dos que já existiam no prazo de seis meses, e, por outro, não existindo, prevendo a criação do mesmo no prazo de seis meses. Disse terem passado vários anos, com uma alteração legislativa em 2012, com novo prazo de seis meses para adaptação e, que, até ao momento, nada existe. Disse que o regulamento existente é de 2004, e que nem sequer foi adaptado às regras de 2009, e que, além disso, apesar de todos os alertas e pedidos, continuam à espera da criação do mesmo. Falou sobre a última sessão, onde o Vice-presidente da Câmara Municipal informou que o regulamento estava em consulta pública, e, tendo já passado dois meses, ainda não foi apresentada a versão do regulamento para aprovação na Assembleia. Dirigindo-se ao Vice-presidente da Câmara Municipal, disse não querer esperar mais e perguntou quando virá o regulamento à aprovação na Assembleia. Falou sobre outra situação recorrente, o orçamento participativo, dizendo que, foi sempre solicitada a realização de uma avaliação ao modelo de que vigorou anteriormente, com apresentação de um relatório do que correu bem, do que correu menos bem, da participação efetiva, da realização dos projetos que foram propostos e, até ao momento, nada se sabia. Disse ter sido lançado um novo orçamento participativo sem que tenha sido dito aos membros da Assembleia, de onde saiu sempre o pedido de instituição do mesmo, das conclusões do anterior, desconhecendo-se se os projetos vencedores já estão em curso ou se já estão concluídos, pois nada tinha sido transmitido, pelo que, uma vez mais, solicitou que fosse facultada toda a informação sobre os resultados e conclusões do orçamento participativo de 2017.-----

A intervenção seguinte foi a de **Ana Maria Tavares Mendes** que quis prestar um pequeno esclarecimento sobre aquele que foi o grande tema de debate da última Assembleia Municipal: o processo de revisão da Carta de Princípios de Participação do Orçamento Participativo de Sever do Vouga. Disse ter sido, para si, um espanto, ao ler a ata, ver a discussão que se gerou à volta daquele tema e, como tinha tido uma intervenção ativa no processo, sentia-se legitimada para aclarar a nebulosidade criada em torno do assunto. Afirmou, o que sido trazido à última Assembleia Municipal não traduzia o que se tinha passado e, para grande espanto de alguns, queria, ali, publicamente, dar os parabéns ao contributo dos membros que prestaram a sua colaboração, porque entendia, tal como todos aqueles que aplicam a referida Carta, que, fruto do apoio recebido, o documento atual é mais completo, justo e transparente. Disse ter sido realizada uma primeira reunião, agendada em concordância com os membros indicados pelos diferentes grupos dos partidos, na qual foram identificadas as fragilidades da Carta, discutidas as possibilidades de solução e apresentadas propostas de alteração e, que, nessa sequência, o documento foi totalmente reformulado no que respeita à sua organização sistemática e foram, ainda, alterados os artigos que se entendeu gerarem problemas, após o que foi remetido para todos os elementos da comissão designada para acompanhar o processo. Depois disso, a Carta revista e as novas sugestões recebidas foram remetidas ao técnico que presta apoio ao Município de Sever do Vouga (e a outras dezenas de municípios a nível nacional) na implementação do Orçamento Participativo e, como na opinião dele, todas as sugestões suscetíveis de limitar ou gerar obstáculos à participação deveriam ser eliminadas, na medida em que o orçamento participativo tem na sua génese a pretensão de promover a cidadania e a intervenção ativa dos cidadãos na atividade autárquica, agendou-se uma reunião para que lhe fossem transmitidas e explicadas as preocupações dos diferentes membros da comissão. Afirmou que, em resultado dessa reunião, foram corrigidas as

normas, por forma a precaver os problemas aventados pelos membros da comissão, dentro daquilo que foi transmitido ser legal e constitucionalmente admissível, atentos os ideais do orçamento participativo. Frisou que, a exclusão de sugestões e redação final de algumas das normas, decorreu de proposta do referido técnico na sequência dos esclarecimentos que lhe foram prestados, relativamente às preocupações e anseios dos membros da comissão. Disse que, a última versão do documento foi remetida aos membros da comissão no dia 06 de abril de 2018, esclarecendo-se as alterações efetuadas e o motivo da não inclusão de algumas das limitações propostas e não foi recebida qualquer resposta a essa comunicação, motivo pelo qual a Carta, com a nova redação, foi submetida à apreciação da Câmara Municipal na reunião seguinte, para evitar a aplicação da Carta vigente e permitir a aplicação da nova Carta ao processo do orçamento participativo do corrente ano. Disse ser verdade que o processo se iniciou com a apresentação de um documento, a Carta de Princípios de Participação do Orçamento Participativo de Sever do Vouga vigente. Disse ser possível que não foi dado prazo suficiente para análise, tal como não foi dado prazo suficiente para a revisão integral do documento – que, aliás, foi muito mais moroso que a análise – e esse trabalho teve que ser feito, sob pena do documento que iria nortear o orçamento participativo para 2018 ser o anterior, que todos concordavam era muito imperfeito e, por isso, incapaz de cumprir as funções que lhe estavam cometidas. Disse que, pelo que tinha lido, existiu uma grande indignação pela não inclusão integral das sugestões apresentadas, mas que importava referir que, cruzando as sugestões recebidas dos vários grupos municipais, também existiram discordâncias, ou não adesão, às sugestões de alteração. Afirmou que o condão do trabalho em equipa é mesmo esse, não prevalece a vontade individual, discutem-se ideias, trocam-se opiniões e elege-se a solução mais adequada para resolver os problemas e que, na sua modesta opinião, foi o que aconteceu com a Carta de Princípios de Participação do Orçamento Participativo de Sever do Vouga e que aquele documento é mérito de todos os que participaram na sua revisão pelas questões suscitadas e alterações propostas, independentemente da sua inclusão; e seguramente que em 2018 houve um documento mais rico a nortear o processo do orçamento participativo. Quis aproveitar, ainda, a oportunidade para dar os parabéns ao executivo por mais uma edição da Feira do Mirtilo que, embora sendo um evento, como tantos outros, que gera ódios e amores, disse ser de reconhecer que é um evento com projeção nacional e internacional que traz ao concelho milhares de pessoas, dinamiza a economia, motiva os empreendedores e gera riqueza. Disse que, no fundo, era esse o dever dos municípios e era essa a principal incumbência que lhe estava cometida, criar condições para que, à sua volta, tudo floresça. Afirmou que, quanto a isso existe, (e que, em particular, também tem) uma visão totalmente divergente da generalidade dos colegas de Assembleia, pois, ao contrário do que se apregoa, Sever do Vouga é um concelho dinâmico, empreendedor e atrativo, e, além disso, é muito bom no que faz. Disse que, no dia anterior, ao sair da inauguração da feira, quase flutuava, depois de ouvir os rasgados e merecidos elogios da Diretora Regional da Agricultura, a engenheira Adelina Martins, aos produtores, aos empresários, à Agim, ao executivo e ao concelho, tendo tido ainda mais convicção de que realmente existe um potencial incrível, e, depois disso, brindar a inauguração da feira com o espumante Argau e gin Olgin, produzidos em Couto de Esteves, para si, que é Coutense de gema, foi realmente enaltecedor. Disse ter, por isso, de deixar ali a sua palavra de gratidão e apreço para todos aqueles que diariamente vão à luta, apostam, saem do seu conforto para trazer algo mais para si e para o concelho, e que são muitos. Disse ser verdade que Sever do Vouga está num recanto, mas não num casulo e que também é verdade que, ainda há um longo trabalho a fazer, sobretudo no que respeita à melhoria, ordenamento e asseio do território de Sever do Vouga, havendo trilhos para conservar, o dever de exigir a curto prazo a limpeza da albufeira e recriação de espaços para usufruto dos munícipes e de quem nos visita, a obrigação de criar espaços adequados de lazer e recreio nos centros de todas as freguesias do concelho para as variadas faixas etárias, a pretensão de revalorizar a floresta e respetivos acessos junto dos proprietários e

muito mais haveria a dizer, porque como acontece com Cristiano Ronaldo (goste-se ou não), deve permanecer sempre a vontade de superação. Mais disse não ter dúvidas que caminham na direção certa. Desejou a todos que desfrutem da Feira do Mirtilo e, já agora, Força Portugal.-----

Foi dada a palavra a **Paula Cristina Dias Coutinho** que apresentou o seguinte voto de louvor: *“No decurso dos excelentes resultados obtidos nos últimos três meses com o projeto “Dou Mais Tempo à Vida”, promovido pela Liga Portuguesa Contra o Cancro (LPCC) em Sever do Vouga, por proposta da bancada do PSD, a que se associam as bancadas do PS e CDS, apresentam um Voto de Louvor à Liga Portuguesa Contra o Cancro de Sever do Vouga e a todos que direta e indiretamente fazem e fizeram parte deste projeto, pelo excelente trabalho desenvolvido na promoção da educação para a saúde e a prevenção do cancro. Atendendo à importância e pertinência do tema que as doenças oncológicas como “o cancro” que assola todos os dias milhares de cidadãos, e ao qual os severenses não ficaram indiferentes, reunindo trinta equipas de voluntariado - mais de trezentos voluntários envolvidos diretamente no projeto; quarenta e uma iniciativas promovidas por todo o concelho que mobilizaram a comunidade para a luta contra o cancro nas suas várias dimensões. É de louvar o empenho e a mobilização de milhares de Severenses por uma causa que é de todos nós. Assistimos a diversas atividades que demonstram a fibra dos Severenses - gente unida, trabalhadora, solidária e que não baixa os braços quando lhes é lançado um desafio como este. Sensibilizaram, promoveram o debate e estilos de vida saudáveis, falando na primeira pessoa sobre a doença do Cancro, que infelizmente cada vez mais atinge pessoas de todas as idades e nunca estamos preparados para receber e lidar com a situação. A desmistificação e sensibilização da doença não é só precisa, como essencial para ultrapassar o flagelo e minimizar os danos. E a Liga Portuguesa Contra o Cancro (LPCC) em Sever do Vouga, com uma genuína e extraordinária boa vontade, deu o exemplo e demonstrou que com escassos recursos é possível fazer o bem pelos severenses.”*-----

Por último, Paula Coutinho questionou o facto de ter havido um entrave à cedência de uma sala, da escola primária de Rocas do Vouga, para uma atividade cultural.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Edite Bastos Rodrigues** que mostrou a sua preocupação com a falta de pontos de água, pontos de recolha de lixo e casas de banho na Ecopista, tendo em conta que a mesma é um dos cartões do concelho e, ainda, um polo de atração de turistas e visitantes sendo, também, um fator de incentivo à prática desportiva da população.-----

A intervenção seguinte foi a de **Elmano Jorge Ribeiro da Silva** que disse ter manifestado a sua preocupação, na última Assembleia Municipal, datada de 27 de abril de 2018, acerca do encerramento do Atendimento Complementar do Centro de Saúde de Sever do Vouga e que, na altura, o senhor presidente da Assembleia Municipal informou que tinha sido enviado um ofício para o Diretor da Aces do Baixo Vouga, para o Diretor da ARS do Centro e para o Ministro da Saúde, a esse propósito. Questionou como se encontra essa situação, decorridos dois meses, se havia desenvolvimentos ou se vai continuar o acesso limitado a um bem tão essencial como a saúde? Mais questionou como se encontra a limpeza da área envolvente ao Centro de Saúde, uma vez que a época crítica para os incêndios já começou e a data limite para os proprietários efetuarem a limpeza também já terminou, continuando tudo, basicamente, na mesma. Perguntou que diligências o executivo efetuou para resolver essa situação. Afirmou que, para a bancada do PSD, e para o PSD, a saúde continua a ser um bem essencial, que deve ser preservado e dar condições para os Severenses terem acesso, contribuindo, dessa forma, para o bem-estar da população.-----

De seguida, foi dada a palavra a **Ana Cristina da Silva Tavares** que falou sobre a EM 554-1, que liga a EN 328 a Silva Escura, onde decorreram obras para a instalação de condutas de água e saneamento, que provocaram uma degradação do piso, verificando-se abatimentos em alguns locais. Disse ser apenas um exemplo daquele tipo de situações que



ocorrem em outros locais e que, embora aquelas intervenções sejam da responsabilidade da AdRA, as vias são municipais. Assim, disse pretender um esclarecimento relativamente àquele tema, e, caso tenha efetuado diligências no sentido de resolução daquelas ocorrências, que sejam disponibilizadas evidências do mesmo e das ações desenvolvidas. Relativamente ao Orçamento Participativo, disse reiterar o que foi mencionado na sessão anterior, e que, no tema da informação escrita do presidente da Câmara Municipal, iria abordar esse assunto.-----

Para poder responder às questões colocadas, foi dada a palavra ao **Vice-presidente da Câmara Municipal** que começou por agradecer a Tony Martins, em nome do presidente da Câmara Municipal, os desejos de um rápido melhoramento e, ainda, o reconhecimento à Feira do Mirtilo. Quanto à referência ao granizo do ano passado, informou que a Câmara Municipal, através da sua técnica, tem vindo a sensibilizar os produtores para tomarem providências, embora seja, cada vez mais, complicado fazer um seguro das colheitas. Sobre o reforço do apoio às freguesias, disse deixar ficar essa discussão para o ponto da ordem do dia em que o mesmo vai ser proposto, adiantando que os acordos contemplam um aumento significativo dos apoios. Sobre o património arqueológico e a defesa, o Vice-presidente informou ter sido, recentemente, limpo o acesso à Anta do Chão Redondo, tendo sido retiradas algumas árvores que tinham caído. Informou que a Diretora Regional da Cultura tinha alertado o município para o facto de não se poder fazer qualquer intervenção nos sítios arqueológicos e monumentos sem prévia autorização e fiscalização da tutela. Quanto à utilização da Casa da Fonte, informou que o município iria falar com o seu legítimo proprietário, para saber se é possível fazer uma parceria. Sobre as limpezas dos caminhos, o Vice-presidente informou terem iniciado naquela semana e que estava a decorrer uma empreitada no seguimento de um procedimento concursal para o efeito e que, mesmo sem esse procedimento, os acessos aos pontos de água estão todos operacionais. Sobre as questões levantadas por António Monteiro, o Vice-presidente disse estar de acordo em quase tudo, com algumas retificações que queria propor. Disse que António Monteiro parecia querer assumir a paternidade de tudo, mas que era necessário negociar o mesmo, porque também queria assumir a paternidade dos mesmos, pois, em todos aqueles casos, o município tinha andado à frente, há muito. Mais agradeceu a sua solidariedade. Em relação à ligação à A25, disse existir uma falsa questão, uma vez que parecia haver quem queira misturar essas duas coisas. Disse que, a ligação à A25, e o traçado da A32, não tinham rigorosamente nada a ver uma coisa com outra, sendo que, a ligação à A25 começou com o IC35, ligação do IP4 ao IP5, pois ainda não havia A25, de Penafiel a Entre-os-Rios e ao nó de Talhadas. Depois, o IP4 transformou-se na A4, o IP5 transformou-se na A25 e o IC35 lá foi ficando. Com a tragédia da ponte de Entre-os-Rios, houve a necessidade de ali fazer qualquer coisa para facultar a ligação entre as margens do rio e começou aí, também, o descer à terra e dizer que o IC35, conforme estava desenhado, não tinha hipótese nenhuma, pois era uma obra caríssima e alguns concelhos, mais a norte, começaram a fazer ligações diretas às vias mais próximas. Mais disse que, quando se chegou à conclusão óbvia e inevitável de que era uma obra de uma dimensão financeira de tal monta que tinha uma execução quase irrealista, veio o tal conceito “the last mile”, ou seja, os municípios que estariam incluídos no IC35, que é o caso de Sever do Vouga, teriam direito a ter um acesso rápido da sede do concelho à autoestrada mais próxima e pela via mais próxima e o traçado que lá está, embora tenha estudo de impacto ambiental e esteja definido o traçado, não há dinheiro, pois Bruxelas não disponibiliza verbas para “the last mile”. Informou que, o ponto de situação para a ligação de Sever do Vouga à A25, é que, o município está a batalhar para isso, estando programada, para breve, uma reunião com a tutela. Mais informou que, entretanto, surgiu o tal desvio da A32, e, pelo traçado que existe, não passa em Sever do Vouga, mas, sim, por Albergaria-a-Velha, por causa da Branca, que viu que, se a A32 passasse lá, espartilhava a freguesia toda e, disseram que queriam desenvolver a freguesia com zonas urbanas e viu que, com a A32, parava de vez. O Vice-presidente disse estar aberto a que passe por Sever do Vouga, pelo lado da Ribeira

e Silva Escura, mas que não tem uma coisa a ver com outra. Sobre o Centro de Saúde, disse ter contactado o senhor Secretário de Estado Adjunto da Saúde, o ARS, o ACeS, e, quanto ao atendimento, tem a notícia de que, felizmente, houve concorrentes ao concurso para a colocação de médico. Sobre a limpeza do Centro de Saúde, informou que, o senhor diretor do ACeS do Baixo Vouga pediu para vir a Sever do Vouga na próxima segunda-feira para ver como é que está, e o Vice-presidente disse que iria aproveitar para lhe falar das duas coisas e ir ao local com ele, pois, embora a limpeza do recinto fosse da responsabilidade do dono do equipamento, que é a ARS, o município pretendia fazer a sua manutenção e jardinagem. Sobre os transportes escolares, disse ter sido solicitado um parecer à CCDRC sobre a legalidade do pagamento dos mesmos, para que seja analisada a situação. Sobre a época balnear, informou que a construção da área de fruição já estava decidida e que se tratava de uma contrapartida que já tinha sido negociada. Dirigindo-se a Diana Paiva, o Vice-presidente disse que iria tentar cumprir com o prazo de entrega da informação escrita. Sobre o regulamento do Conselho Municipal da Juventude, informou que, do que estava em vigor, pouco ou nada se aproveitava porque era da lei antiga e que o mesmo viria à Assembleia Municipal depois de ir à Câmara Municipal. Relativamente ao Orçamento participativo, o Vice-presidente informou que as propostas já tinham sido selecionadas e que estavam em análise. Mais disse que tinha ficado bem esclarecido com a intervenção de Ana Mendes. Quanto ao ponto de situação das propostas do Orçamento Participativo do ano passado, informou que, uma delas já estava em execução, uma estava em fase de concurso público e outra estava à espera de umas peças. Dirigindo-se a Paula Coutinho, informou que o executivo também se associava ao voto de louvor a conceder à LPCC. Quanto à escola de Rocas, informou estar cedida, formalmente, à Junta de Freguesia. Sobre a Ecopista, disse ficar a nota e que, realmente, era de justificar. Relativamente ao encerramento do atendimento complementar, disse comprometer-se a informar, de imediato, o senhor presidente da Assembleia Municipal para, mediante os canais oficiais, pôr os membros ao corrente da situação, no seguimento da reunião da próxima segunda-feira. Quanto aos acessos aos pontos de água, referiu que o Regimento de Engenharia de Espinho iria estar no concelho, no próximo mês e que, uma das primeiras preocupações era a limpeza dos acessos de caminhos florestais para a defesa contra incêndios. Sobre a estrada para Silva Escura, informou tratar-se de uma obra que ainda não estava rececionada, de maneira que, enquanto aquilo não estivesse bom, a mesma não seria recebida.-----

**António Monteiro** voltou a fazer uso da palavra para responder ao Vice-presidente, dizendo que a questão que lhe pareceu mais preocupar o Vice-presidente, no que diz respeito às moções aprovadas na Assembleia Municipal. bem como em relação àquela que o CDS trazia, tinha sido, essencialmente, a questão da paternidade. Disse não estar preocupado com essa questão, sendo que, a insistência que fazia na Assembleia Municipal era para que todos os partidos pudessem associar-se em torno desse objetivo, em comum, no sentido de dar apoio para que o município ande para a frente e não continue preso por essas pequenas coisas. Disse ser óbvio que faz sentido manter a moção apresentada em relação àquilo que é a praia em Couto de Esteves e que, se estavam todos de acordo, que se fizesse depressa, que era esse o anseio da população.-----

Foi dada, novamente, a palavra a **Paula Coutinho** que quis confirmar se tinha ouvido o Vice-presidente dizer que “limpar estraga”? Relativamente às obras arqueológicas, perguntou se já tinha sido feito o requerimento à tutela, uma vez que a Câmara Municipal tinha o dever de defender e tomar providências para proteger esse património.-----

Seguidamente, interveio **Sérgio Silva**, que disse pretender fazer um esclarecimento sobre os achados arqueológicos, que são a grande mais valia que a barragem veio trazer, porque, se não houvesse barragem, não tinham sido feitas escavações arqueológicas e nem teriam sabido que existia aquele extraordinário património. Disse que, no passado dia 31 de maio, tinha havido uma palestra chamada “Barragem quatro anos depois, que impactos”, promovida por uma associação local, onde a Câmara Municipal não tinha estado presente,

e onde se tinha concluído que, dez anos depois de se falar na barragem, os achados arqueológicos eram uma grande mais valia, cuja importância era conhecida internacionalmente. Lembrou, por falar em legítimo proprietário da Casa da Fonte, que, em 2015, a Junta de Freguesia de Couto de Esteves tinha enviado um ofício à Câmara Municipal a disponibilizar aquele edifício, ou, as instalações da Junta de Freguesia, ou, o espaço gerido pela Associação Cultural e Social de Couto de Esteves, como futuras hipóteses de exposição dos achados arqueológicos, dizendo estar disponível para recebê-los. Disse ter ouvido um colega da bancada parlamentar, que suporta o atual executivo, dizer que o senhor presidente em exercício já estava a falar mal do Couto quando dizia que o rodo não era praia, mas que era confluência de dois rios. Sérgio Silva disse ser mais do que isso, que era um extraordinário sítio, com excelente potencial, onde milhares de pessoas tinham um espaço de lazer no verão, sendo pena que, durante décadas de governação do atual executivo, e ainda antes da barragem, nunca foi alvo de uma intervenção.-----

**Diana Paiva** voltou a intervir para questionar se, naquele momento, era ponto assente que o IC35 não iria avançar e, se não avançar, o que é que a Câmara Municipal pensava fazer, uma vez que ainda havia muitos constrangimentos que estavam a surgir a empresas que estão em reserva não edificandi e não conseguem licenciar os seus espaços. Disse estarem perante uma situação de um projeto que, afinal, não iria sair do papel e seria importante permitir e fazer pressão sobre quem de direito a que, se não avança com o projeto, então que sejam libertadas as zonas não edificandis.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** disse que iria deixar a paternidade de lado e dizer que estava de acordo com António Monteiro, pois eram temas que não se compadeciam e não se podiam dar ao luxo de quem é pensou neles primeiro. Disse querer que fique vincado que não foi pelo membro ter ali levantado esses problemas que o município foi a Lisboa. Mais disse ser óbvio que agradecia que o lembrassem e agradecia a sua força. Sobre a praia, o Vice-presidente informou que é necessário aguardar a luz verde da EDP, sendo que, o engenheiro do município tinha estado presente numa reunião, no local, com os engenheiros da EDP. Sobre os achados arqueológicos, informou que, quando a funcionária da Direção Regional da Cultura esteve em Sever do Vouga, tinha-lhe falado da necessidade de se proceder a uma limpeza nas antas do Chão Redondo e que ela tinha dito para não mexer naquilo, autorizando, apenas, que fosse deixado o caminho transitável. Mais disse que, essa intervenção já tinha sido requerida. Quanto aos achados arqueológicos, e dirigindo-se ao presidente da Junta de Freguesia de Couto de Esteves, o Vice-presidente, disse que, quer no cargo que desempenha, quer por interesse pessoal, gostaria imenso de ter estado presente na sessão do dia 31 de maio, mas que tinha informado o promotor da iniciativa que não podia estar presente por não se encontrar cá. Disse que, os achados arqueológicos não podiam ir para qualquer lado e que tinha havido uma luta muito grande com a tutela para eles ficarem no Museu Municipal, porque existem regras muito complexas. Dirigindo-se a Diana Paiva, o Vice-presidente da Câmara Municipal disse que todos os autarcas estavam convencidos de que o IC35 tinha morrido, embora ainda existisse no papel. Disse querer a ligação à A25 e que a mesma havia de ser feita, e que queria que mudassem o nome ao IC35, mas se não quisessem tirar do plano com aquele nome pomposo, pedia que fosse reduzido, porque era possível e porque tinha o parecer favorável da EP de Aveiro.-----

Terminadas as intervenções, o **presidente da Assembleia Municipal** passou à votação da recomendação apresentada pelo CDS, acerca da praia fluvial ou área de fruição, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor dos membros Alexandre Machado, Ana Tavares, Ana Mendes, Ana Ferreira, António Cruz, António Monteiro, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elisabete Rodrigues, Elmano Silva, Jorge Graça, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

Foi dada a palavra a **José Almeida** que quis dizer que, antes de cada Assembleia Municipal é realizada uma reunião de líderes de bancada e, tanto o PS, como o PSD, têm por princípio apresentar sempre os documentos que querem ver votados no decurso da mesma, sendo que o membro António Monteiro nunca apresenta as moções e gostava de ver uma atenção e que fossem apresentadas na reunião, que é própria para essas coisas.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** passou à votação do voto de louvor, comum a todos os grupos municipais, pelo trabalho fantástico desenvolvido pelo projeto Dou Mais Tempo à Vida, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor dos mesmos Alexandre Machado, Ana Tavares, Ana Mendes, Ana Ferreira, António Cruz, António Monteiro, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elisabete Rodrigues, Elmano Silva, Jorge Graça, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

#### ----- 4 – Ordem do Dia -----

**1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara:** - Foi perguntado, pelo presidente da mesa, à Assembleia, se pretendiam colocar questões, ou se havia alguma dúvida sobre a informação. Aberto um período de intervenções, foram registadas as seguintes:-----

A primeira intervenção registada foi a de **Pedro Mendes** que disse trazer apenas três questões. Em primeiro lugar, ressaltou o detalhe das iniciativas que foram elaboradas e um conjunto de informações importantes. Relativamente à página cinco, disse poder verificar que estiveram na Fundação Calouste Gulbenkian, numa conferência sobre o tema “Repensar os Plásticos na Transição para uma Economia Circular”, e que a sua questão era no sentido de saber de que forma aquela ação poderá contribuir para o futuro da política ambiental da Câmara Municipal de Sever do Vouga, ou seja, qual é que será a relação custo benefício da presença do município na conferência. Depois, na página sete, disse ter verificado uma referência aos cabazes de Natal, com a indicação de que foram apresentadas contas aos parceiros, perguntando que contas eram aquelas. Referiu três medidas importantes mencionadas na informação escrita, que eram, o Incentivo à Natalidade, com quinze requerimentos apresentados, o Cartão 65+, com catorze requerimentos apresentados e o Apoio ao Arrendamento, com quatro candidaturas apresentadas. Disse parecer-lhe muito pouco, questionando se a população teria conhecimento dos mesmos e perguntou o que é que a Câmara Municipal pensava fazer para que aquelas informações pudessem chegar de uma forma muito esclarecida e detalhada a toda a população. Finalmente, perguntou qual o ponto de situação do Conselho Municipal da Juventude.-----

Seguidamente, interveio **Paula Coutinho** que começou por dar os parabéns ao executivo pelo esforço na elaboração da “Comunicação Escrita do Senhor Presidente da Câmara à Assembleia Municipal”, é que, prova disso tinha sido o atraso na entrega do documento e a quantidade. No entanto, quantidade não é sinónimo de qualidade, e no seu entender, apesar de a informação ser extensa e, em alguns pontos, ir ao encontro daquilo que se espera de uma comunicação escrita, noutros continua a faltar o objetivo e o retorno que trouxe para o concelho. Afirmou que, ao desfolhar as páginas da comunicação, verificou a existência de atividades do ano transato e, continuando a desfolhar, na ânsia de encontrar resposta a uma questão já levantada no ano de 2017, a mesma ainda não vinha mencionada naquela comunicação. Referindo-se ao Programa Operacional de Apoio às Pessoas Carenciadas, disse importar saber quantos, dos duzentos e quatro indivíduos, eram severenses e como é que os mesmos tinham sido identificados, se tinha sido a Fundação, o município, ou um trabalho conjunto, ou será que aquele programa não beneficiou nenhum severense e daí a ausência de informação? Disse ter visto com bom grado a Apresentação da Proposta de um “Centro de BTT”, na Serra do Arestal, um trabalho conjunto de âmbito distrital e regional, que promove o desenvolvimento da prática desportiva valorizando o desporto e o ambiente, mas colocava a seguinte questão: como vai ser a manutenção daqueles

percursos, se vai haver manutenção, ou, se vão deixar ao desleixo, como tem sido até agora? Disse que a época festiva estava à porta e que os equipamentos continuavam com falta de manutenção, referindo-se, em especial, à ecopista, que é um dos maiores atrativos do concelho e o percurso, em alguns sítios, continua degradado e as laterais por limpar, sendo imprescindível cuidar, reparar e proteger. No ponto das Obras Públicas, disse que a informação apresentada era pouco clarificadora e bastante incompleta, porque, apenas menciona as obras em execução, a iniciar brevemente, em fase de adjudicação, em concurso, em fase de projeto e trabalhos de administração direta, ficando, portanto, a faltar muito conteúdo naqueles itens. Afirmou que, já na última reunião, a sua bancada tinha solicitado que as obras fossem mais detalhadas e que tivessem mais conteúdo, e o senhor Vice-presidente, mais uma vez, se tinha prontificado a enviar um mapa com toda essa informação, o que não aconteceu. Perguntou se era necessário a sua bancada recorrer a outros meios para obter a informação que legalmente lhe era devida. Disse importar saber o seguinte: nome da obra, localização, início da obra; percentagem de execução, data prevista de término, objetivo (atingido, não atingido, ou assim, assim), se existe, ou existiu, algum embargo, auto de suspensão, etc., e que estava apresentado tópicos de obras, estando muito incompleto. Continuou a sua intervenção, dizendo que, na última Assembleia Municipal, o senhor Vice-presidente, *“Sobre o Ecocentro, disse que tinha sido feito o último auto de medição da empreitada e a receção provisória, faltando o relatório final”*, e, na reunião de câmara do dia 9 de maio de 2018, o senhor Vice-presidente referiu que, relativamente à obra do Ecocentro, *“ainda naquela manhã, tinha tido o cuidado de falar com os técnicos, mas que os mesmo ainda não tinham o relatório pronto”*, e que, passados, sensivelmente, dois meses, ainda não havia resposta às questões levantadas pela sua bancada. Disse ser de lembrar que a informação, relativamente àquela obra, tinha sido pautada por uma série de contradições, como se pode verificar na Ata n.º 250 da Assembleia Municipal, nas páginas 12 e 13. Perguntou onde estava o relatório e quando iria a Assembleia Municipal ter acesso ao mesmo. Relativamente aos processos judiciais, para quem dizia que não havia processos judiciais, disse verificar, na informação escrita, que existem alguns, não sabendo se constam na informação todos os processos judiciais, mas pressupondo que não, caso contrário não havia necessidade de contratar um técnico superior (jurista) a tempo inteiro, como consta da Ata n.º 7 da Câmara Municipal, na página n.º 5. Disse verificar que existe algum problema, algo que não está a correr bem, porque, na informação financeira, que consta da comunicação escrita, e, no que toca à execução do orçamento, continua a verificar uma execução reduzida na execução orçamental da receita de capital, e, sabendo de antemão que se tratam de verbas da União Europeia, perguntou se existe algum atraso na construção do Centro Escolar, uma vez que, na reunião de Câmara de 9 de maio de 2018, aquando da questão levantada pelo vereador Paulo Martins, o senhor Vice-presidente referiu que *“de acordo com a informação transmitida pelo técnico, tinha havido um atraso no cronograma, que não implica um atraso na empreitada, e que já estavam a recuperar.”*, como consta da Ata n.º 9 da Câmara Municipal, página n.º 3. Perguntou se era possível disponibilizar um relatório daquela obra. Por fim, disse que o concelho não pode continuar a trabalhar em cima dos joelhos e a remar ao sabor do vento, pois os severenses merecem mais e melhor, merecem mais empenho e melhores resultados.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Antonio Monteiro** que sublinhou um ponto positivo na informação escrita, que é o facto de ter regressado a matéria relativa ao contencioso, que se tinha perdido na mesma. Disse serem, ainda, bastantes pontos negativos, desde logo, o facto de ter sido entregue fora do prazo e, ainda, aquilo que disse considerar ser uma estrutura desequilibrada, porque verifica que há serviços que fizeram um esforço para apresentar mais informação sobre aquilo que tem vindo a ser feito, mas, depois, existem áreas que são, provavelmente, do ponto de vista orçamental, das áreas mais importantes e do ponto de vista da informação que é disponibilizada, é próximo do opaco, nomeadamente, em relação à questão das obras, pois há uma informação que a Câmara

Municipal tem a obrigação de fornecer à Assembleia Municipal, quando se fala de obras públicas em execução, que é o mapa de execução física e financeiras das mesmas, por ser a única que permite ver se as coisas estão a andar bem ou mal ao longo do ano. Referiu a Qualificação de Espaço Público – 1ª Fase, sem a identificação do local, nem a taxa de execução financeira e taxa de execução física, o que significa que não é prestada a informação devida à Assembleia Municipal. Referiu, ainda, o Centro Escolar de Sever do Vouga, que teve uma reprogramação e não se dá qualquer informação da execução financeira e execução física, o que significa que não está a ser dada a informação necessária à Assembleia Municipal. Disse poder continuar, mas que o Vice-presidente sabia que é uma insistência que se está a tornar recorrente, mas que corresponde a um dever legal perante a Assembleia Municipal, tanto mais, que se tornará impossível perceber, quando se fala na informação financeira, propriamente dita, que depois é apresentada, a que é que ela corresponde, nomeadamente, quando se fala na execução orçamental da despesa em que se verifica que, em 31 de maio de 2018, a taxa de execução, por exemplo, da despesa, está apenas em 18,33%, o que significa que as coisas não estão a andar ao ritmo a que deveria andar, até porque, o que se aproxima agora são os meses de férias em que, naturalmente, a atividade irá abrandar. Afirmou que, o risco é de, pelo menos na taxa de execução financeira, não se conseguir cumprir aqueles que são os objetivos orçamentados pelo próprio município. Disse haver matérias com as quais a Câmara Municipal se comprometeu com a Assembleia Municipal e que, também, não estava a cumprir, designadamente o relatório relativamente à suspensão da empreitada do Ecocentro, que continua a não ser fornecido à Assembleia Municipal e em que, ao que parece, terá havido um erro no projeto e, quanto a isso, o município ainda não disse nada à Assembleia Municipal sobre o que, efetivamente, aconteceu quando ao apuramento de responsabilidades, porque a Câmara Municipal é responsável, perante a Assembleia Municipal, por dar essa informação, sendo determinante saber o que aconteceu naquela empreitada. Por fim, quis dizer ao Vice-presidente que uma matéria que não consta do relatório, mas, que considera ser bom que aproveitasse para pôr a Assembleia Municipal a par, é a questão da construção da ETAR de Sóligo, embora saiba que a obra não é da responsabilidade do município. Disse ter tido a oportunidade de interpelar a Assembleia da República, o senhor Secretário de Estado do Ambiente, que disse que a obra estaria concluída no primeiro trimestre de 2018, que terminou no dia 31 de março e, até ao momento, não se sabe o que está a acontecer, pedindo que o Vice-presidente aproveitasse para informar quando é que vai ser posta em funcionamento essa mesma obra.----- Foi dada a palavra a **Ana Tavares** que referiu o seguinte: analisada a informação escrita, que apresenta em especial o tema do Orçamento Participativo, e tendo aquele como objetivo inserir e incluir a comunidade nas decisões políticas e dando-lhes voz e poder de decisão, conclui-se que o Orçamento Participativo foi um fracasso, uma vez se que verifica uma menor participação relativamente ao Orçamento Participativo anterior, ocorrendo sessões de apresentação de projetos sem uma única proposta e outras sessões quase vazias, tendo-se contabilizado nove propostas em dezoito possíveis. Afirmou que a má condução daquele processo já tinha sido mencionada em reuniões de Câmara e na Assembleia Municipal, onde tinha sido questionada a condução do processo, assim como a sua divulgação. Disse que a comissão de organização não funcionou e que as propostas tinham sido ignoradas, sendo que todos poderiam concluir que o resultado é claramente negativo. Pediu o envio de um relatório sobre o ponto de situação, relativamente àquelas propostas eleitas no último Orçamento Participativo, a fim de poderem acompanhar a evolução das mesmas. Relativamente à Carta de Princípios e à comissão nomeada para acompanhar os trabalhos de elaboração para a redação do Orçamento Participativo, disse reiterar o que tinha mencionado, reforçando que, após a primeira reunião, a comissão deveria ter reunido outras vezes, até porque, existiam opiniões diferentes e nem todos os membros designados estavam presentes. Referiu que a versão do documento final tinha sido enviada, a 6 de abril, sem que ocorresse um novo debate, onde se percebia a urgência de obter um

documento para levar à discussão à Câmara Municipal na sua reunião de 11 de abril, e que aquela versão final tinha chegado por parte de um elemento da comissão e não por parte da pessoa do município que tinha, em mãos, aquele assunto, no caso, a Dr.<sup>a</sup> Graciela. Disse que, todos sabem que viver em democracia é saber viver com opiniões diversas e saber respeitá-las, ainda que não concordemos com elas e que, efetivamente, o que estava em causa não era isso, mas sim, a forma questionável e pouco esclarecedora com que aquele assunto tinha sido tratado. Por essa razão, disse considerar ser importante que se proporcione debate para que o novo Orçamento Participativo tenha um desfecho diferente.- Foi dada a palavra ao **Vice-presidente da Câmara Municipal** que começou por dizer que, o senhor Ministro do Ambiente convidou a Câmara Municipal, quer da parte do executivo, quer da parte técnica, para ir a Lisboa a uma ação de formação sobre a matéria relacionada com o ambiente e o plástico. Disse considerar mesquinhas a questão da relação custo benefício, pois quem foi aprendeu muito mais do que os litros de gasóleo que gastou. Perguntou a Pedro Mendes se achava que a sua pergunta tinha nexos, afirmando ter ficado desiludido com a mesma. Sobre as contas do cabaz de Natal, disse que é normal ser aquele o valor e pediu ao Diretor de Departamento para enviar informação com os números. Sobre o Conselho Municipal da Juventude, informou que o mesmo está em preparação para análise e eventual submissão à próxima reunião de Câmara para, depois, ser trazido à Assembleia Municipal. Quanto aos incentivos à natalidade e o Cartão Sénior, disse estar aberto a sugestões para a divulgação dos mesmos. Quanto ao apoio à natalidade, disse ter havido apenas um pedido recusado, por ter entrado muito fora do prazo, o que era lamentável. Disse que, os regulamentos podem pecar por defeito, mas que os mesmos não devem estar dependentes dos rendimentos, devem ser objetivos. Relativamente ao problema do apoio às famílias carenciadas, disse ter a certeza que isso tinha sido solicitado aos serviços competentes e que tinha sido para pessoas do concelho. Mais disse que iria fazer chegar à Paula Coutinho os elementos solicitados. Sobre o Centro de BTT, o Vice-presidente disse ser uma candidatura intermunicipal suprarregional, que só avança se for aprovado o cofinanciamento. Informou que, quanto à sua manutenção, e, enquanto a candidatura não é aprovada, a mesma está a ser negociada com a Câmara Municipal de Vale de Cambra, até porque existe um espaço no Arestal, que é o coreto com as casas de banho, sobre o qual poderá vir a ser feita uma parceria para fazer lá um espaço de manutenção para as bicicletas. Sobre a Ecopista, informou que a sua manutenção vai sendo feita, não estando em muito mau estado. Relativamente à falta de conteúdo na informação sobre as obras, afirmou que, se fosse apresentada uma informação perfeita e a cem por cento, ela era insuscetível de ser melhorada, querendo melhorar todos os dias, assim vai-se fazendo a pouco e pouco. Quanto às obras, informou ter apresentado essa informação aos colegas do executivo, nas últimas duas reuniões, e que será enviada à Assembleia Municipal, também. Sobre o Ecocentro, disse não estar a esconder nada. Disse não perceber o comentário de que não havia necessidade de contratar um técnico jurista a tempo inteiro, uma vez que o município não tem um técnico jurista a tempo inteiro, existindo apenas o lugar criado que pode ser preenchido dali a muitos anos. Sobre o atraso na construção do Centro Escolar, disse que iria passar a ser apresentada informação à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal. Afirmou que, de acordo com informação recebida no dia anterior, que não ousou colocar na plataforma fora de prazo, a partir do momento em que fora efetuada a estacaria e entrou a fase de betão, a empreitada está a recuperar, embora lentamente, de um atraso de cerca de dois meses e que a perspetiva é de que, durante as férias, até setembro, a empreitada esteja dentro do prazo. Disse que iria enviar aos membros da Assembleia Municipal o quadro que tinha sido enviado para o seu e-mail. Quanto à ETAR de Sóligo, o Vice-presidente disse estar a acompanhar a mesma e que tinha sido informado de que a sua conclusão está prevista para o fim de agosto. Sobre o Orçamento Participativo, disse respeitar a opinião de Ana Tavares. Quanto ao relatório, sobre a execução dos projetos, disse que iria ter o cuidado de, documentalmente, lhe prestar essa informação, sendo que, a bicicleta está

encomendada, os trilhos do Gresso estão a concurso o outro projeto está a ser organizado o respetivo procedimento. Quanto ao debate para um novo Orçamento Participativo, disse caber aos membros da comissão começar, já, a melhorar as normas do mesmo para o ano estar a cem por cento.-----

**Pedro Mendes** voltou a fazer uso da palavra para dizer que gostaria de realçar a forma como tem conduzido as últimas Assembleias Municipais, inclusivamente a atual, dizendo julgar que, nem o senhor presidente da Assembleia Municipal, nem os membros daquela Assembleia Municipal, mereciam aquilo que se passou ali. Afirmou ter feito uma pergunta simples, ao senhor presidente da Câmara em exercício, relativamente à presença numa conferência, perguntando que impacto é que a presença naquela conferência poderia ter para a Câmara Municipal de Sever do Vouga e aquilo que não merecia, nem os membros desta Assembleia Municipal, foi a forma arrogante e mal-educada como o senhor presidente da Câmara Municipal se dirigiu a si. Disse que, enquanto membro daquela Assembleia Municipal, conquistou o direito pelo voto a poder questionar e o senhor presidente da Câmara Municipal conquistou o direito para poder responder mantendo a elevação e disse que, apesar do sucedido, não terá, da sua parte, qualquer reflexo, em termos de reação estratégica ou reativa, a nada que se venha a acontecer dentro da Assembleia Municipal, por julgar que a educação e a elevação devem ser a base para tudo que se venha a passar ali no futuro.-----

Foi dada, novamente, a palavra a **Ana Mendes** para prestar um breve e último esclarecimento em relação ao Orçamento Participativo, dizendo que o prazo que foi dado a todos foi muito curto porque, se não, o que acontecia é que a carta de princípios do ano anterior iria ser mantida e todos concordavam que, de facto, não tinha condições para acompanhar o Orçamento Participativo. Disse ser certo que foi tudo muito em cima do prazo, tenho havido uma reunião na sexta-feira, e que lhe tinha sido pedido para rever, o que fez e enviou, no domingo à noite, porque, nessa semana, não teria possibilidade de pegar no documento. Mais disse que, durante essa semana, tinham sido recebidas as propostas dos restantes membros e agendada uma reunião com o técnico na semana seguinte e, logo que possível, foi enviado, sendo certo que, na sexta-feira, foi a técnica do município que o enviou às partes e que lhe tinha ligado, ao final da tarde, não sabendo se às cinco da tarde, se às cinco e meia, a perguntar se tinha sido recebida alguma sugestão, porque estava em conferência com o senhor Vice-presidente para a definição das bolsas de estudo e não podia, de forma nenhuma, pegar no documento e pediu, a si, que enviasse um último e-mail a dizer que, não tendo sido recebidas sugestões, se iria levar o documento a reunião de Câmara. Por fim, disse que a versão final tinha sido enviada pela técnica da Câmara, e que o e-mail que enviou tinha sido a pedido da técnica por impossibilidade dela, física, de enviar esse e-mail.-----

**Paula Coutinho** voltou a fazer uso da palavra para esclarecer o Vice-presidente da Câmara Municipal que a bancada do PSD não tem nada contra contratar, ou não, um técnico superior jurista, cabendo isso ao município, por ser uma gestão corrente, portanto, saberá as necessidades que o município terá, mas que, na Ata n.º 07, da reunião de Câmara de 11 abril 2018, ficou explanado que *“o Diretor de Departamento explicou que existe a dúvida se se o posto de trabalho para técnico superior jurista pode defender o município num processo judicial, e que essa questão irá ser colocada à CCDD e que, se chegar a ser ocupado o lugar, o contrato de avença será denunciado”*. Disse achar que há, ali, alguma falta de informação, ou alguma contradição, na informação, porque foi com base naquilo que está explanado nas reuniões de Câmara e naquilo que é dito em Assembleias Municipais que são tiradas as suas elações porque, efetivamente, são lidas as atas daquilo que ocorre nas reuniões de Câmara e nas Assembleias Municipais. Afirmou que a bancada do PSD está ali assente com os dois pés e está ali para fazer críticas construtivas para que o município avance, sendo esse o objetivo do PSD e da sua bancada. Mais disse que, se as coisas correrem bem para o executivo, enquanto gestores do município, também corre bem para si, porque os munícipes estarão felizes e irá fluir melhor e haverá mais e melhor



qualidade de vida. Disse ser esse o esclarecimento que queria fazer para que não hajam dúvidas.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** disse estar na primeira linha para o progresso do concelho, acompanhando tudo, mas que não pega em coisinhas. Disse que já tinha sido afirmado que o posto de técnico jurista tinha sido apenas criado e que não era para preencher para já, não vendo qual é o problema. Dirigindo-se a Pedro Mendes, disse que, se entendeu que a sua resposta tinha sido grosseira ou inadequada, pedia desculpa, pois não é seu feitio. Por fim, disse considerar que a sua pergunta era despropositada.-----

**1.2 Freguesias – Acordos de Execução – Autorização:** - No âmbito do previsto no artigo 131º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (RJAL), a Câmara Municipal elaborou uma proposta para a celebração de Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia, elaborados no âmbito do previsto no artigo 131º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (RJAL), de modo a obter autorização para a sua celebração.-----

Dada uma breve explicação pelo Vice-presidente da Câmara Municipal, na qual referiu os aspetos mais importantes da proposta, das alterações introduzidas e da verificação dos aspetos relacionados com o princípio da igualdade e não discriminação, bem como, da realização de estudos económicos, o presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções:-----

A primeira intervenção foi a de **Sérgio Silva** que falou sobre o valor dos acordos apresentados, dizendo que, nem é muito, nem é pouco, nem é suficiente, nem é insuficiente, é aquele com o qual cada freguesia tem de jogar para conseguir realizar os trabalhos delegados, com a diferença que, a partir daquele momento, a ginástica passa a ser igual para todos. Afirmou que os acordos tinham ficado pelos mínimos e que tinha ficado por anexar o mapa das vias a limpar, não definindo, no centro da vila, até onde limpa a Câmara e até onde limpa a Junta de Sever do Vouga, e que não define quem faz a remarcação e manutenção da sinalética nos trilhos e, por fim, limita as freguesias a duas limpezas de vias, por ano, mas não as obriga a limpar nenhuma vez, sendo que, os que quiserem, limpam e recebem e voltam a limpar e voltam a receber, e, os que não quiserem, não limpam, não recebem, e que, ficaram de fora, também, os taludes e a discussão até onde vão as valetas. Disse enganarem-se aqueles que pensam que há um aumento de verba para as juntas, uma vez que o aumento e ajuste do acordo é, tal como o nome indica, o aumento e ajuste das competências nas juntas de freguesia. Referiu que, no caso de espaços verdes e equipamentos escolares, que continuam a ser os mesmos, houve casos em que as verbas diminuíram, e, no caso da limpeza de valetas, a competência duplicou e a verba apenas se ajustou. Afirmou ser errada a ideia de que as juntas de freguesia recebem aquela verba e que vão aplicá-la noutras coisas, pois serão realizadas fiscalizações e elaborados relatórios exaustivos, tal como a exigência dos severenses não deixará que os trabalhos delegados fiquem por realizar. Disse que a Câmara Municipal escusava de chorar a libertação de mais verba para as juntas de freguesia, pois a mesma será bem aplicada, e, dentro dos limites do concelho, por ser o conjunto das freguesias e que é o asseio e o brio delas todas, que faz com que o concelho também seja asseado e brioso. Afirmou não ser fácil aceitar a delegação de competências, pois o exercício das mesmas, pelas freguesias, não determina o aumento da despesa pública global. Resumindo, disse que, se a Câmara Municipal gasta “x” a realizar aqueles trabalhos, as juntas só podem aceitar realizar os mesmos trabalhos, através da delegação de competências, se os realizar por “x” – “y”. Pediu aos membros que imaginassem uma junta de freguesia da dimensão da de Couto de Esteves, com um orçamento global da receita para o ano de cerca de € 80 000,00 (€ 35 000,00 do FFF, € 5 000,00 de atestados, licenças e venda de umas sepulturas no cemitério e € 40 000,00 da delegação de competência). Disse que, a primeira metade, que vai caindo por tranches, para pagar água, luz, telefone, manutenção do cemitério, fontanários, lavadouros, instalações da sede, apoio às associações locais, pagamento de senhas de presença dos eleitos locais, etc., e os outros € 40 000,00 para pagar a quem faz os trabalhos relativos à delegação de competências, que só serão

recebidos depois dos trabalhos realizados, depois das fiscalizações e dos relatórios apresentados e depois dos tempos necessários para as transações bancárias. Pediu, ainda, para imaginarem a gestão, ou ginástica, que uma Junta de Freguesia tem que fazer, dizendo que, os números redondos, e só para comparar, € 40 000,00 era aquilo que a Câmara Municipal, naquilo que se fazia ali em baixo, durante as três horas de reunião em que ali se encontravam. Afirmou nunca ter dito, e, que nunca iria dizer que é contra aquilo que se faz ali em baixo, apenas apresenta os números para terem noção da desproporção que existe no concelho. Mais disse que podem perguntar porque é que as juntas aceitam, se é assim tão difícil aceitar competências, sendo que a resposta é simples: porque a Câmara Municipal é “malandra” para as freguesias, e, se as juntas não fizerem o trabalho, a Câmara Municipal não vai às freguesias e os trabalhos não são realizados.-----

De seguida, foi dada a palavra a **Diana Paiva** que disse, os acordos eram elaborados no âmbito da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, ao prever a delegação de competências das Câmaras nas Juntas de Freguesia, o que traduz bem que as responsabilidades são das Câmaras, naquele caso, da Câmara, e que delega nas juntas a execução de certas competências, não podendo haver uma inversão de papéis. Disse ter sido já falado que deveria ser previsto um efetivo caderno de encargos, com previsão clara de obrigações e direitos, com quantificação e periodicidade dos trabalhos. Afirmou que essa inversão de papéis não pode traduzir-se numa entrega de responsabilidades deixando, depois, as juntas à míngua, pois a transferência de verbas acaba por ser, depois, escassa, e que devem ser muito bem ponderados o que é delegação de competências e o que são as efetivas responsabilidades de cada um e das verbas necessárias à prossecução dos fins pelas juntas de freguesia. Disse considerar ter havido algumas melhorias em relação ao que existia anteriormente, mas que peca por ser tardio e por não se dar a devida importância, do ponto de vista dos encargos, ao trabalho das juntas em detrimento das verbas de festas.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **António Monteiro** que disse estar em cima da mesa a prossecução de competências do município pelas juntas de freguesia e que tem que existir, necessariamente, um encontro de vontades entre as duas partes. Disse ter assistido, com preocupação, à demora da negociação, mas que, aquilo que mais preocupa é olhar para a metade cheia do copo e não tanto para a metade vazia, portanto, o sentido de voto do CDS representará exatamente isso, se foi possível chegar a um entendimento e um acordo, não será pelo CDS e pela Assembleia Municipal que esse acordo não se concretizará e que um bom acordo é aquele em que todos ganham. Mais disse que, a avaliação possível de se fazer terá que ser feita, não apenas em relação aos meios que são disponibilizados, mas, também, em relação a essa mesma execução e ao balanço que pode ser feito. Disse ser importante que os critérios sejam iguais para todos e que o protocolo exista para durar durante o tempo do mandato para que nenhuma junta esteja refém de maus humores de qualquer executivo municipal.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** agradeceu a António Monteiro ter-lhe poupado explicar o ponto em apreço e disse ao presidente da Junta do Couto, e a Diana Paiva, que não estava ali em causa o teor dos acordos de execução, apenas a autorização à Câmara Municipal para poder assinar os acordos com as juntas, pois é a Câmara Municipal e os senhores presidentes de junta que discutem os mesmos. Dirigindo-se a Sérgio Silva, o Vice-presidente afirmou que nunca tinha dito que o espólio nunca ia para Couto de Esteves e que o espólio só vinha para o concelho se houvesse um técnico de arqueologia e um espaço próprio, que é o caso do Museu Municipal. Por fim, disse que os acordos tinham sido elaborados em estrita observância, tal qual está fomentado no princípio de igualdade e da não discriminação, em obediência ao artigo 135º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.----  
Depois de realizadas as intervenções, pelo presidente da mesa, foi colocada a proposta à votação. -----

A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, autorizar a Câmara Municipal a celebrar os Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia, com vinte e sete votos a favor de Alexandre Machado, Ana Tavares, Ana Mendes, Ana Ferreira, António Cruz,

António Monteiro, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elisabete Rodrigues, Elmano Silva, Jorge Graça, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

**1.3 Prestação de Contas Consolidadas 2017:** - O órgão deliberativo aprovou, por maioria, as demonstrações financeiras consolidadas, respeitantes ao ano de 2017, que foram elaboradas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, Regime Financeiro das Autarquias Locais e Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, publicada no DR II Série n.º 126, na sequência da obrigatoriedade de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas conforme estabelecido no artigo 75º do RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovado através da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.-----

Foi aberto um período de intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----  
A primeira intervenção foi a de **Paula Coutinho** que começou por citar o Vice-presidente da Câmara Municipal na última sessão dizendo “*ser necessário saber quais as contas que têm de ser consolidadas e, no entender do município, as contas da AGIM não têm de ser consolidadas*”, conforme a Ata n.º 250 da Assembleia Municipal, na página 18. Perguntou que garantias dá o executivo de que devem confiar no que é dito, uma vez que apresenta as contas consolidadas, em que uma das entidades é a Agim, e, há cerca de dois meses atrás, disse categoricamente que as contas da Agim não têm de ser consolidadas. Perguntou qual é a relação que a Câmara Municipal tem com a Agim. Disse que a bancada do PSD e o PSD nada têm contra a Agim, mas que querem apenas clarificar aquela situação. Afirmou que o executivo tem vindo a dizer que a Agim é uma entidade autónoma, inclusive aquando do protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal e a Agim e que, na altura, a bancada do PSD solicitou que o mesmo fosse alterado, para haver uma discriminação positiva para os agricultores de Sever do Vouga e que o senhor presidente tinha dito que a Câmara não podia alterar o protocolo e que nada podia fazer acerca desse assunto, uma vez que nada tinha a ver com a Agim. Relembrou não ser a primeira vez que o executivo se contrariava, pois já aquando da obra do Ecocentro o mesmo tinha acontecido. Disse que, no dia 27 de dezembro de 2017 o senhor vereador Pedro Lobo perguntou ao senhor presidente como estava a decorrer a obra do Ecocentro e se a mesma estava atrasada, ao que o senhor presidente da Câmara Municipal informou que a obra estava a decorrer dentro da normalidade e que tinha ideia de que a mesma iria terminar dentro do prazo. Disse, ainda, que, no dia 24 de janeiro do presente ano, o executivo apresentou um Auto de Suspensão dessa mesma obra, datado de 04 de dezembro de 2017, portanto, quase um mês antes da questão levantada pelo vereador do PSD. Perguntou que garantias pode dar o executivo de que a informação apresentada é verdadeira e fidedigna. Perguntou se o executivo estava presente de corpo e alma na gestão do município, ou apenas a remar ao sabor da maré. Relativamente ao Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Consolidadas, disse existirem dois pontos que são merecedores da sua atenção e que vêm com reservas na Certificação Legal de Contas, o primeiro ponto sendo relativamente ao imobilizado, por faltar o registo e a inventariação, e o segundo ponto é o reconhecimento de cerca de € 162 000,00, inscritos na rubrica de diferimentos, cuja prova de que fluam benefícios económicos futuros é incerta. Perguntou qual era a natureza daqueles € 162 000,00 e se o executivo garantia que iriam fluir benefícios económicos futuros.-----  
De seguida, interveio **Pedro Mendes**, dizendo que um relatório consolidado de contas deve corresponder a uma certificação legal de contas, sendo que há uma base para opinião com reservas, uma vez que o próprio revisor coloca reservas no relatório de contas consolidadas, ou seja, não valida na totalidade o que é apresentado. Falando do ponto de vista pessoal, no que diz respeito a contabilização, disse poder tratar-se de um erro por defeito, ou seja, que, eventualmente, tudo o que está contabilizado não corresponde ao valor total do imobilizado. Disse ser conveniente que se possam ter dados fidedignos, numa próxima oportunidade, sobre aquela matéria. No que diz respeito à Agim, disse ser

reconhecido um acréscimo de proveitos, contudo, não existe prova suficiente da natureza do bem ou direito subjacente e que dele existam benefícios futuros e, da sua parte, aquilo que pode dizer, é que, tendo em conta a importância da Agim, na sua opinião, e a importância que ela tem, ao nível dos produtores, não pode deixar de demonstrar a sua preocupação com aquela opinião do revisor, pelo que solicitou um esclarecimento sobre o assunto. Disse importar referir que a sua preocupação está relacionada com o futuro daquela organização e com a competitividade da produção agrícola no futuro e não quer, de todo, assistir a uma situação idêntica à da WRC. Mais disse que, o seu pedido de esclarecimento vai no sentido de perceber o porquê daquela reserva e, em simultâneo, perceber que estratégia, ou que caminho futuro, poderá ter a Agim em função da sua preocupação.-----

Foi dada a palavra ao **Vice-presidente da Câmara Municipal** que disse ter a perfeita noção de que as contas do município têm de ser consolidadas com as contas das suas participadas. Afirmou que, se disse que as contas da Agim não têm de ser consolidadas, seria noutra ordem de ideias. Disse saber ser necessário consolidar as contas e que tinha de ser feito na sessão da Assembleia Municipal do mês de junho. Disse existir uma certa animosidade que queria ver estabelecida de uma vez por todas, que é a situação jurídica da Agim, afirmando, de uma vez por todas, que a Agim não é da Câmara Municipal e não pode prestar esclarecimentos que só a Agim pode prestar. Referiu que as contas da Agim tinham sido analisadas pelos técnicos do município, a fim de consolidar as contas, e que as mesmas tinham sido vistas pelo auditor externo. Relativamente às duas reservas do ROC, disse que a primeira se repete todos os anos, sobre o ativo e mobilizado, acrescentou que, efetivamente, só de há uns anos a esta parte é que está a ser feita a aquisição de imóveis e estão a ser escrituradas. No entanto, as aquisições de imóveis feitas há décadas, algumas adquiridas por contrato verbal, está a ser feito um esforço para se ir legalizando essas situações. Quanto à segunda reserva, disse que o ROC entendia que, aquela verba colocada em deferimentos, devia constar em capitais próprios, sendo que o município iria fazer essa recomendação à Agim para que o seu gabinete técnico altere aquela informação contabilística. Pediu a Paula Coutinho que não duvidasse da sua seriedade e que nunca mais trouxesse à Assembleia Municipal esse episódio de que perguntaram ao senhor presidente em dezembro e ele respondeu em janeiro. Pediu que tivessem respeito por quem está ausente e está num período de sofrimento e não merecia essa intervenção. Disse não admitir que o acusassem de falta de seriedade e que ele e os seus colegas estavam de corpo inteiro ao serviço do município e da população de Sever do Vouga.-----

De seguida, foi dada a palavra a **António Monteiro** que afirmou, independentemente da natureza jurídica da Agim, quem diz se a Agim é da Câmara Municipal, ou não, é a própria lei, quando, no artigo 75º do Regime Financeiro das Autarquias Locais, obriga a consolidar com as contas da Câmara Municipal, porque considera que é da Câmara Municipal, e, ainda, olhando para as participações financeiras, que constam do relatório ao longo da sua história, o município financiou a Agim em 94%, sendo óbvio que a Agim é da Câmara Municipal. Afirmou que o CDS mostrou a sua preocupação com aquilo que está a acontecer e que, com a resposta do Vice-presidente, não ficou tranquilo, por existir uma certificação legal de contas que tem reparos e que, embora a questão do reparo relativamente ao mobilizado não é aquela que o preocupava, o reparo relativamente à Agim preocupava-o, porque, o reparo de um ROC significa que ele não certifica naquela matéria e não dá certeza à Assembleia Municipal em relação àquela questão. Falou sobre outra questão merecedora da sua preocupação, que é o resultado da Agim, ao longo do ano passado, de quatro mil euros positivo, perguntando o que é que teria acontecido se não teria havido as transferências que houve, do município, à Agim. Referiu que, o problema em relação àquele tipo de organizações é que, quando começam a apresentar prejuízos sucessivos, acontece o mesmo que acontece agora com a WRC, são obrigados a fechar, o que não se pretende ou não se quer, é que isso aconteça com a Agim. Disse que, se aumentam os fornecimentos e serviços externos, mas não aumentam a receita que permita

suportar os custos, basta haver uma nova situação de dificuldade financeira no país e endurecerem as regras relativamente às transferências para estas entidades, pode colocar em risco o futuro da Agim.-----

Foi, novamente, dada a palavra a **Paula Coutinho** que disse ter ouvido um dos pontos da sua intervenção ser abordado por António Monteiro e que tinha ido ao encontro daquilo que iria dizer e que outro ponto era relativamente àquilo que o senhor Vice-presidente tinha dito sobre a falta de respeito, uma vez que, se há uma coisa que, pessoalmente, tem, é respeito em relação a toda a gente. Mais disse considerar não ter sido indelicada e que nem tinha dito nada para ferir susceptibilidades, muito menos para ferir o senhor presidente, de quem tem muito respeito, estando muito preocupada com a sua saúde. Disse ter apenas relatado aquilo que tinha acontecido, que é um caso que tem de ser falado e que serviu como exemplo para aquilo que estava a acontecer naquele exato momento, e que não o tinha chamado de mentiroso. Afirmou que aquelas atas são aprovadas, quer pela bancada do PSD, CDS e PS, e são públicas, sendo que, efetivamente, aquilo tinha acontecido e disse lembrar-se perfeitamente que aquilo tinha sido dito. Disse, de longe, querer ofender quem quer que seja, e que apenas tinha relatado acontecimentos ocorridos, mais nada.-----

O **Vice-presidente** disse ficar o registo e que as posições ficavam com quem as tomava. Sobre a situação da Agim, disse preocupar-se com a mesma, mas que, daí a extrapolar que o parecer do ROC, na certificação legal de contas, é conclusivo de que aquilo está mal, não é. Disse, expressamente, que, na prática, a reserva do ROC é que aquela verba de € 162 000,00 devia estar na rubrica de capitais próprios.-----

Concluídas as intervenções e dadas as respostas pelo vice-presidente, foram colocados os documentos da prestação de contas consolidadas à votação, tendo-se obtido o seguinte resultado:-----

**Catorze votos a favor** - Alexandre Machado, Ana Mendes, Ana Ferreira, Beatriz Soares, Carlos Tavares, David Alves, Jorge Graça, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Tony Martins;-----

**Nove abstenções** - António Cruz, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Elisabete Rodrigues, Elmano Silva, Paula Coutinho, Paulo Lourenço e Sérgio Silva.-----

**Quatro votos contra** - Ana Tavares, António Monteiro, Edite Rodrigues e Pedro Mendes.-

**1.4 Mapa de Pessoal – 2ª Alteração:** - Foi presente e analisada a proposta para a 2ª Alteração do Mapa de Pessoal 2018, elaborada atendendo à necessidade de abrir os seguintes procedimentos para a promoção de trabalhadores com contrato por tempo indeterminado:-----

a) Informática – Criação de um lugar de Técnico de Informática Grau 2, Nível 2;-----

b) Informática – Criação de um lugar de Técnico de Informática Grau 2, Nível 1;-----

c) Fiscal Municipal – Técnico Profissional de 1ª Classe.-----

A Assembleia Municipal aprovou, por maioria, a proposta da segunda alteração ao Mapa de Pessoal 2018, de acordo com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a seguinte votação:-----

**Catorze votos a favor** - Alexandre Machado, Ana Mendes, Ana Ferreira, Beatriz Soares, Carlos Tavares, David Alves, Jorge Graça, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos e Mário Silva;-----

**Treze abstenções** - Ana Tavares, António Cruz, António Monteiro, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elisabete Rodrigues, Elmano Silva, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

**1.5 1ª Alteração ao Loteamento da Zona Industrial de Irijó:** - Terminada a fase de audiência pública da 1ª Alteração ao Plano de Pormenor do Loteamento da Zona Industrial de Irijó, e não tendo sido apresentada qualquer sugestão, a Câmara Municipal apresentou a versão final da proposta da 1ª Alteração ao Plano de Pormenor do Loteamento da Zona Industrial de Irijó para apreciação e aprovação por parte da Assembleia Municipal.-----

O presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----

Foi dada a palavra a **Paulo Lourenço** que disse ser com enorme satisfação que a bancada do PSD via que os empresários do concelho, e, em particular, os da Zona Industrial de Iríjo, se encontram com motivação e iniciativa para se expandir, investindo no concelho, apesar das dificuldades que encontram. Disse que, no plano apresentado, vê-se que, o que se vai fazer é um “remendo”, revelando falta de visão e de ambição, ou então, o não acreditar na capacidade dos empresários para se expandirem e aumentarem os seus negócios. Afirmou poder dizer-se que as características geográficas não o permitem, mas os concelhos vizinhos sofrem do mesmo problema e, no entanto, superam-no. Referiu ter já ouvido, naquela sessão, que a Câmara já foi, por mais do que uma vez, contactada para a instalação de empresas, as quais queriam áreas de dez mil metros, ou mais, e que a resposta foi de que não o têm. Perguntou porque não se diz que sim em vez de não, ou que se vai arranjar brevemente? Não é a indústria uma das alavancas do desenvolvimento? Disse que, no plano, verifica-se que vai ser feita uma rotunda, o que facilita a inversão de marcha, pois a zona industrial só tem um acesso, mas também não se programa uma ligação à estrada do rio, para permitir uma mais fácil circulação, por exemplo. Afirmou que esse mesmo problema também se verifica na Zona Industrial de Cedrim, a qual necessita de uma ligação nova a Carrazedo para facilitar a circulação, a qual é falada há anos, mas não passa de uma intenção. Por fim, disse que, a bem do concelho, espera que se mude a forma de pensar e que se aposte numa política de fixação e captação de novas indústrias.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **António Monteiro** que disse ser uma preocupação sua, que tem reiteradamente vincado, o desenvolvimento económico do concelho, sendo que, para isso, é preciso dar condições para que as empresas se instalem, se possam desenvolver e possam ampliar as suas instalações. Disse saber que, num concelho que tem as dificuldades de Sever do Vouga, em termos geográficos, é necessário muito mais e é necessário que esse esforço seja feito, uma vez que o caminho que está a ser trilhado parece ser sempre com uma grande lentidão. Mais disse que Sever do Vouga precisa de toda uma nova ambição no concelho, devendo pensar como concelho charneira, que pode ser uma plataforma entre todos os concelhos vizinhos, e na região, e que, para isso, a questão das acessibilidades às zonas industriais era fundamental, sendo necessário encontrar soluções para a instalação de empresas e que não lhes seja dito que não há espaço disponível, mas que seja o município a ir buscar as empresas para se instalarem em Sever do Vouga para criar mais oportunidades de emprego para os seus jovens. Afirmou ser esse o desafio que deixava à Câmara Municipal, estando disponível para ajudar em tudo o que for necessário e útil para bem do concelho.-----

O **Vice-presidente** voltou a fazer uso da palavra para dizer que a alteração proposta é um passo muito importante para o desenvolvimento da freguesia de Rocas do Vouga e, evidentemente, do concelho, indo ao encontro da vontade dos empresários de uma indústria que começa a ser de referência. Disse ser evidente que não tem a melhor acessibilidade, mas que está a ser analisada a possibilidade de ser feita uma ligação à estrada de baixo. Quanto ao acesso à Zona Industrial de Cedrim, o Vice-presidente da Câmara Municipal disse que o novo acesso estava pensado, e que já sabiam qual seria o traçado, mas que é necessário ver quando será possível a sua realização. Sobre a lentidão do caminho traçado, disse ter havido, há pouco, uma revisão do PDM, em que as zonas para a atividade económica estavam totalmente definidas e o município lutou contra os senhores de Lisboa para libertarem mais espaço. Disse estar prevista uma zona industrial na ligação à A25, que é a única que permite haver alguma competitividade no concelho. Afirmou que, Sever do Vouga tem o território bom para outras coisas, como, o turismo de natureza e quando é possível receber mais uma indústria, é recebida de braços abertos, sem se violar a lei.-----

A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a versão final da proposta da 1ª Alteração ao Plano de Pormenor do Loteamento da Zona Industrial de Irijó, com vinte e sete votos a favor de Alexandre Machado, Ana Tavares, Ana Mendes, Ana Ferreira, António Cruz, António Monteiro, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elisabete Rodrigues, Elmano Silva, Jorge Graça, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

**1.6 3ª Revisão Orçamental:** - Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, a 3ª Revisão Orçamental, correspondente à 8ª Modificação, com o reforço de diversas rubricas orçamentais no valor de € 270 166,59 (duzentos e setenta mil, cento e sessenta e seis euros e cinquenta e nove cêntimos), com a afetação da parte restante do saldo de gerência.-----

Foi aberto um período de intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----

**Tony Martins** interveio para dizer que, na última Assembleia Municipal, tinha demonstrado a sua preocupação relativamente ao apoio que era dado aos Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga, questionando o executivo se estava pensado um aumento da verba atribuída àquela instituição, sendo conhecido que existem viaturas degradadas, com mais de vinte e cinco anos, e que uma delas está sem condições para o combate por ter cabine para apenas dois tripulantes. Disse achar extremamente importante apoiar aquela instituição, pois são eles que dão a cara quando mais se precisa e que tinha sido com bom grado que viu acolhida a sua preocupação e aumentada a verba daquela instituição em € 31 000,00. Por fim, disse que a segurança dos severenses, e o bem-estar dos munícipes, é uma bandeira do PSD.-----

**Vinte e dois votos a favor** - Alexandre Machado, Ana Mendes, Ana Ferreira, António Cruz, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Elisabete Rodrigues, Elmano Silva, Jorge Graça, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Paula Coutinho, Paulo Lourenço e Tony Martins;-----

**Cinco abstenções** - Ana Tavares, António Monteiro, Edite Rodrigues, Pedro Mendes e Sérgio Silva.-----

**1.7 Federação Portuguesa do Caminho de Santiago – Autorização de Adesão:** - Foi presente e analisada a proposta apresentada pelo órgão executivo relacionada com o pedido de autorização de adesão do Município de Sever do Vouga à “Federação Portuguesa dos Caminhos de Santiago”, elaborada nos seguintes termos:-----

Considerando que:-----

- Os caminhos de Santiago são trilhos percorridos pelos peregrinos que afluem a Santiago de Compostela, desde o século IX, tendo recuperado, recentemente, grande protagonismo, constituindo, assim, um itinerário espiritual e cultural de primeira ordem;-
- O caminho que constitui o primeiro itinerário cultural europeu, assumindo um papel primordial na dinamização da história e cultura da Península Ibérica, tornou-se muito popular nos últimos anos devido a vários fatores: as autoridades espanholas e as juntas locais trabalham para atrair peregrinos, publicitando o caminho e melhorando as infraestruturas para os receber, já que são estes “turistas” que mantêm vivas muitas das aldeias ao longo da rota. Outra das razões prende-se com o surgimento de cada vez mais associações que promovem peregrinações em grupo, existindo, também, uma mudança de mentalidade que promove a ligação com a natureza e publicita esse tipo de rotas;-----
- Existem vários caminhos que percorrem toda a Europa e que desembocam em Santiago de Compostela, em Portugal existem alguns troços bem identificados na literatura;-----
- Se é verdade que alguns desses troços já se encontram bem demarcados e com vários albergues e estruturas de apoio aos peregrinos, outros há que ainda se encontram desprovidos de qualquer marcação ou divulgação, apesar de já serem procurados por peregrinos;-----

- O principal objetivo da associação a constituir visa revitalizar, promover, estudar e dinamizar as variantes do Caminho Português de Santiago, como importantes vias de peregrinação a Santiago de Compostela, recuperando, preservando e promovendo, também, o património histórico-cultural e religioso associado ao caminho, a interculturalidade dos povos e impulsionando o desenvolvimento económico, social e ambiental das regiões atravessadas;-----

- Com este objetivo pretende-se, ainda, a atração de investimentos para os territórios e promoção de novas oportunidades de negócio e dinamização das economias locais;-----

É neste âmbito que foi delineada a criação de uma associação denominada “Federação Portuguesa dos Caminhos de Santiago”;-----

Foi aberto um período de intervenções:-----

**António Monteiro** perguntou quais eram os encargos financeiros que existem com o facto do município se associar àquela federação, uma vez que, para poderem prosseguir, ou se indica qual o custo financeiro e se efetua o respetivo cabimento de compromisso ou então haverá uma dificuldade, do ponto de vista legal, que convém que não exista.-----

O **Vice-presidente** informou que ainda não tinha essa informação uma vez que, segundo os estatutos, a fixação da quota será decidida na primeira Assembleia Geral.-----

**António Monteiro** sugeriu fazer uma aprovação condicionada à fixação do valor e cabimento devido, nos termos da lei.-----

Depois de concluídas as intervenções passou-se à votação. -----

O órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a adesão do Município de Sever do Vouga à “Federação Portuguesa dos Caminhos de Santiago” e os respetivos estatutos, nos termos do disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º, todos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugados com os artigos: 1º do n.º 2, 3º, 6º, 56º e 60º do RJALPL (Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais). Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do disposto nos artigos 56º, do n.º 2 e 59º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, com vinte e sete votos a favor de Alexandre Machado, Ana Tavares, Ana Mendes, Ana Ferreira, António Cruz, António Monteiro, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elisabete Rodrigues, Elmano Silva, Jorge Graça, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

**1.8 WRC – Dissolução da Empresa:** - O órgão deliberativo decidiu, por unanimidade, conferir a representação do município à vereadora Elisabete Henriques, para votar favoravelmente na dissolução da sociedade WRC – Agência de Desenvolvimento Regional, EIM, S.A., na Assembleia Geral Extraordinária da WRC, a realizar-se no próximo dia 06 de julho de 2018, com vinte e sete votos a favor de Alexandre Machado, Ana Tavares, Ana Mendes, Ana Ferreira, António Cruz, António Monteiro, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elisabete Rodrigues, Elmano Silva, Jorge Graça, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

Diana Paiva teve de se ausentar às 20:45 horas e não participou na votação do último ponto. -----

**1.9 Atribuição de Medalhas de Mérito Municipal:** - Considerando a possibilidade da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 14º do Regulamento de Atribuição de Medalhas, poder deliberar sobre a atribuição de medalhas, por proposta fundamentada de qualquer dos seus membros;-----

Considerando a possibilidade de serem homenageadas pessoas individuais ou coletivas que, por excecionais serviços, contributos para com a comunidade ou atos praticados, alcancem mérito extraordinário;-----



Considerando a decisão tomada de forma unânime pelos líderes dos Grupos Municipais da Assembleia Municipal, em reunião de 29 de junho de 2018, que entendem ser da mais elementar justiça, passados que estão quase quarenta e dois anos sobre a realização das primeiras eleições autárquicas (12 de dezembro de 1976), de reconhecer, homenagear e galardoar os autarcas que na liderança da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal tenham contribuído decisiva e exemplarmente para o desenvolvimento social, cultural e económico do concelho de Sever do Vouga e que, ao presente momento, já não se encontrem no desempenho de quaisquer funções autárquicas;-----

Os três grupos municipais e a mesa propuseram, assim, à Assembleia Municipal que sejam galardoados com a Medalha de Mérito Municipal Autárquico (grau ouro), no dia 21 de setembro de 2018, dia em que Sever do Vouga celebra o seu feriado municipal, as seguintes individualidades:-----

- António Henriques Tavares: PAM (1977-1979);-----
- Armelim dos Santos Amaral: PAM (1990-2005);-----
- Artur José Ferreira de Castro: PC (1977-1979) e PAM (1980);-----
- Custódio da Silva: PCM (1980-1985);-----
- Evaristo Pereira Rodrigues: PAM (1984-1985);-----
- Manuel da Silva Soares: PCM (1990-2013) e PAM (2013-2017);-----
- Mário Coutinho Martins: PAM (1986-1989);-----
- Severo de Carvalho: PCM (1986-1989) e PAM (1983-1984);-----
- Valdemar da Silva Coutinho: PAM (1980-1982).-----

Depois de lidas as propostas, passou-se à votação, por escrutínio secreto, através do qual se obtiveram os seguintes resultados em relação a cada proposta de condecoração, votada individualmente: -----

Nome da pessoa a condecorar:	Voto: Sim	Branco	Voto: Não
António Henriques Tavares	23	0	2
Armelim dos Santos Amaral	23	0	2
Artur José Ferreira de Castro	25	0	0
Custódio da Silva	25	0	0
Evaristo Pereira Rodrigues	23	0	2
Manuel da Silva Soares	25	0	0
Mário Coutinho Martins	23	0	2
Severo de Carvalho	24	0	1
Valdemar da Silva Coutinho	23	0	2

Participaram nestas votações os seguintes membros presentes: Alexandre Machado, Ana Tavares, Ana Mendes, Ana Ferreira, António Cruz, António Monteiro, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Edite Rodrigues, Elisabete Rodrigues, Elmano Silva, Jorge Graça, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

A votação foi realizada por voto secreto, encontrando-se os resultados nos documentos que se encontram arquivados junto daqueles que fazem parte desta sessão e consideram-se como se aqui fossem reproduzidos. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----